

## MINISTÉRIOS DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DAS FINANÇAS

**Despacho conjunto n.º 534/2000.** — 1 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 358/98, de 30 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 27 de Maio de 1998, e reformulada pelo despacho conjunto n.º 358/99, de 16 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 28 de Abril de 1999, a comissão de apreciação da concessão SCUT do Interior Norte. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Engenheiro José Monteiro Morais, que presidirá;  
Dr. João Miguel Cardoso Matos Fernandes;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. José de Barros;  
Engenheiro Ausberto Manuel Vieira da Rocha e Silva;  
Engenheiro Duarte Nuno Lopes da Silva.

1.1 — É revogado o despacho conjunto n.º 358/99, de 16 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 28 de Abril de 1999.

2 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 653/99, de 19 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão designada Norte/Litoral. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, aplicável por força do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 119-B/99, de 14 de Abril, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro Arménio José Nobre de Oliveira Faria, que presidirá;  
Dr. José Daniel Chaves de Oliveira Neves;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Engenheiro Ausberto Manuel Vieira da Rocha e Silva;  
Engenheiro João Adolfo Brito Portela.

2.1 — É revogado o despacho conjunto n.º 653/99, de 19 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999.

3 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 654/99, de 19 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão designada IC 16/IC 30. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 9/97, de 10 de Janeiro, aplicável por força do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 119-B/99, de 14 de Abril, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro João Augusto da Silva Apletton, que presidirá;  
Dr. Jaime Trindade Bernardes Costa;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr.ª Cristina Paula Casal Baptista;  
Dr. José de Barros;  
Engenheiro Rui Manuel Esteves da Costa Manteigas;  
Engenheiro Jorge Manuel Ferreira de Carvalho.

3.1 — É revogado o despacho conjunto n.º 654/99, de 19 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999.

4 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 652/99, de 19 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão designada Litoral/Centro. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 9/97, de 10 de Janeiro, aplicável por força do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 119-B/99, de 14 de Abril, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de avaliação da referida concessão:

Conselheiro João Augusto da Silva Apletton, que presidirá;  
Dr. Jaime Trindade Bernardes Costa;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Dr. José de Barros;  
Engenheiro Jorge Manuel Ferreira de Carvalho;  
Engenheiro José Alberto Alves Nunes do Valle.

4.1 — É revogado o despacho conjunto n.º 652/99, de 19 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 7 de Agosto de 1999.

5 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 569/98, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998, e alterada pelo despacho conjunto n.º 553/99, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 9 de Julho de 1999, e pelo despacho conjunto n.º 632/99, de 24 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 4 de Agosto de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão SCUT do Algarve. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro engenheiro José Manuel Proença Boavida, que presidirá;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Engenheiro Rui Manuel Esteves da Costa Manteigas.

5.1 — São revogados os despachos conjuntos n.ºs 569/98, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998, 553/99, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 9 de Julho de 1999, e 632/99, de 24 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 4 de Agosto de 1999.

6 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 94/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 25 de Janeiro de 1999, e alterada pelo despacho conjunto n.º 379/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 4 de Maio de 1999, pelo despacho conjunto n.º 444/99, de 3 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1999, e pelo despacho conjunto n.º 836/99, de 10 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 28 de Setembro de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão Beira Litoral/Beira Alta. Por razões operacionais, atento o disposto no Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro engenheiro José Manuel Proença Boavida, que presidirá;  
Engenheiro Miguel Dias Amaro;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Engenheiro Rui Manuel Esteves da Costa Manteigas;  
Engenheiro Jorge Manuel Ferreira de Carvalho.

6.1 — São revogados os despachos conjuntos n.ºs 94/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 25 de Janeiro de 1999, 379/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 4 de Maio de 1999, 444/99, de 3 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1999, e 836/99, de 10 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 28 de Setembro de 1999.

7 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 852/98, de 17 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998, e alterada pelo despacho conjunto n.º 174/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1999, e pelo despacho conjunto n.º 837/99, de 10 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 28 de Setembro de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão Costa de Prata. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro engenheiro Arménio José Nobre de Oliveira Faria, que presidirá;  
Engenheiro Miguel Dias Amaro;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Dr. Ricardo Manuel Azevedo Saldanha;  
Engenheiro Rui Manuel Esteves da Costa Manteigas.

7.1 — São revogados os despachos conjuntos n.ºs 852/98, de 17 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998, 174/99, de 31 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1999, e 837/99, de 10 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 28 de Setembro de 1999.

8 — Foi constituída pelo despacho conjunto n.º 570/98, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998, e alterada pelo despacho conjunto n.º 342/99, de 10 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 21 de Abril de 1999, e pelo despacho conjunto n.º 445/99, de 3 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1999, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão Grande Porto. Por razões operacionais, atento o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de Outubro, passa a ser a seguinte a constituição da comissão de apreciação da referida concessão:

Conselheiro engenheiro José Manuel Proença Boavida, que presidirá;  
Dr. José Daniel Chaves de Oliveira Neves;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Engenheiro Ausberto Manuel Vieira da Rocha e Silva;  
Engenheiro João Manuel Moura Machado.

8.1 — São revogados os despachos conjuntos n.ºs 570/98, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998, 342/99, de 10 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 21 de Abril de 1999, e 445/99, de 3 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126 de 1999, de 31 de Maio.

9 — É constituída nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 9/97, de 10 de Janeiro, aplicável por força do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 119-B/99, de 14 de Abril, a comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão Lisboa Norte, aberto pelo despacho conjunto n.º 835/99, de 19 de Agosto de 1999, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 28 de Setembro de 1999, a qual tem a seguinte composição:

Conselheiro João Monteiro de Moraes, que presidirá;  
Dr. Fernando Manuel Proença Lobo do Vale;  
Dr. João Miguel Cardoso Matos Fernandes;  
Engenheiro Carlos Alberto João Fernandes;  
Dr. Jorge Manuel Simões Mendes;  
Engenheiro João Manuel Moura Machado;  
Engenheiro José Augusto Santana Gonçalves.

10 — O apoio logístico-administrativo às comissões continuará a ser prestado pelo Instituto das Estradas de Portugal.

11 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

4 de Fevereiro de 2000. — O Ministro do Equipamento Social, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Direcção-Geral de Infra-Estruturas

**Despacho (extracto) n.º 10 302/2000 (2.ª série).** — Por meu despacho de 18 de Abril de 2000:

Ana Cristina Marques Correia Aragão, estagiária da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 23 de Março de 2000, técnica superior de 2.ª classe do mesmo quadro de pessoal, constante do anexo IV à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2000. — O Director-Geral, *Manuel da Cunha Rêgo*.

### Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

**Despacho n.º 10 303/2000 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 23 166/99 (2.ª série), do Ministério da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 29 de Novembro de 1999, nos termos do artigo 4.º, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, e obtida a anuência do próprio, prorrogo, por um período de um ano, a contar de 7 de Maio de 2000, a comissão do coronel José António Torres Archer de Carvalho, nas funções de director

técnico do subprojecto 5.B., inscrito no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — Nos termos e para os efeitos da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, o nomeado encontra-se a desempenhar funções em país da classe C.

7 de Maio de 2000. — O Director-Geral, *A. Gonçalves Ribeiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 10 304/2000 (2.ª série).** — No uso das competências delegadas por despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23 166/99 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 29 de Novembro de 1999, nos termos do artigo 4.º, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, e obtida a anuência do interessado, prorrogo, por um período de seis meses, a comissão do 200572 CFR, Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco, para desempenhar funções de assessoria técnica do sub-projecto 6C do Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

9 de Maio de 2000. — O Director-Geral, *A. Gonçalves Ribeiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 10 305/2000 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências delegadas por despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23 166/99 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 29 de Novembro de 1999, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio, por um período de seis meses, o 246277 1.º SARG T, José Eduardo Ribeiro de Deus Graça, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do sub-projecto 6B do Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2 — Nos termos e para os efeitos da portaria n.º 87/99, de 30 de Dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, os nomeados desempenham funções em país da classe B.

9 de Maio de 2000. — O Director-Geral, *A. Gonçalves Ribeiro*, tenente-general.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 8516/2000 (2.ª série).** — Por meus despachos de 10 de Maio de 2000, no uso da competência delegada:

Ana Maria da Costa Guerreiro e Maria Rosalina Rodrigo dos Reis Camilo, técnicas profissionais especialistas do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna — promovidas, precedendo concurso, à categoria de técnico profissional especialista principal do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Maio de 2000. — O Secretário-Geral-Adjunto, *José Andrade Curto*.

**Despacho n.º 10 306/2000 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e nos artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (CPA), e sem prejuízo da delegação de competências publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 26 de Outubro de 1999, delego na chefe da Secção de Orçamento e Contabilidade, licenciada Maria América Pereira de Matos Teixeira da Costa, e, na sua ausência e impedimentos, na funcionária de maior categoria, a competência para assinar correspondência e o expediente de gestão corrente à instrução e desenvolvimento dos processos que correm pela respectiva secção.

2 — Ratifico todos os actos praticados pela referida chefe de secção desde 27 de Março de 2000 no âmbito da presente delegação.

3 — Fica revogado o despacho n.º 25 659/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 301, de 29 de Dezembro de 1999.

28 de Abril de 2000. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos, *Carlos Palma*.